

Contribuições para a construção de enfoques contra-hegemônicos e decoloniais de avaliação a partir da América Latina e Caribe

Contributions to the construction of counter-hegemonic and decolonial approaches to evaluation from Latin America and the Caribbean

Por Alcides Fernando Gussi*

Fecha de Recepción: 01 de junio de 2025.

Fecha de Aceptación: 15 de agosto de 2025.

RESUMO

Este artigo tem por intuito contribuir para a construção de avaliações com enfoques contra-hegemônicos na América Latina e Caribe. Situando a gênese dos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, faz-se uma análise do campo da avaliação. Para tanto, parte do pressuposto de que a avaliação reproduz historicamente dinâmicas de dominação que remetem ao colonialismo na região. O objetivo é refletir, de forma dialética, a trajetória da avaliação entre a constituição de um campo hegemônico central de reprodução de uma matriz colonial e neoliberal contemporânea, reproduzida pelo Estado, que é advinda do Norte Global, e a emergência de contra-hegemonias político-epistêmicas e metodológicas que, periféricamente, tensionam o campo nos contornos da construção de avaliações ancoradas na perspectiva do Sul Global, que se aproxima, em suas várias dimensões (políticas, ontológicas e

metodológicas), às cosmovisões, saberes, práticas, e identidades dos povos originários, constituídos em seus distintos territórios e culturas. Em seguida, são apresentados os fundamentos políticos-metodológicos de uma avaliação sob a abordagem antropológica, posta como ponto de partida para aprofundar a contra-hegemonia no campo da avaliação, por meio de uma opção descolonial que enfrenta relações de dominação a partir das racialidades, do patriarcado e da subalternidade, subvertendo os fundamentos coloniais em que opera a hegemonia na avaliação. Como conclusão, a partir dos enfoques críticos e descoloniais, considera outros horizontes político-epistêmicos para a avaliação na América Latina e Caribe.

Palavras-chave: *Avaliação, Contra-hegemonia, Descolonialidade, Antropologia, América Latina e Caribe.*

* Graduado em História, Mestre em Antropologia Social e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil. Realizou pós-doutorado em Análise e Avaliação de Políticas Públicas no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Correio eletrônico: alcidesfernandogussi@gmail.com

ABSTRACT

This article aims to contribute to the development of evaluations with counter-hegemonic approaches in Latin America and the Caribbean. Situating the genesis of the concepts of hegemony and counter-hegemony, it analyses the field of evaluation. To this end, it starts from the assumption that evaluation historically reproduces dynamics of domination that refer to colonialism in the region. The objective is to reflect, in a dialectical manner, on the trajectory of evaluation between the constitution of a central hegemonic field of reproduction of a contemporary colonial and neoliberal matrix, reproduced by the State, which comes from the Global North, and the emergence of political-epistemic and methodological counter-hegemonies that, peripherally, strain the field in the contours of the construction of evaluations anchored in the perspective of the Global South, which approaches, in its various dimensions (political, ontological, and methodological), the worldviews, knowledge, practices, and identities of indigenous peoples, constituted in their distinct territories and cultures. Next, the political-methodological foundations of an evaluation under the anthropological approach are presented, set as a starting point to deepen counter-hegemony in the field of evaluation, through a decolonial option that confronts relations of domination based on racialities, patriarchy and subalternity, subverting the colonial foundations on which hegemony in evaluation operates. In conclusion, based on critical approaches. In conclusion, based on critical and decolonial approaches, it considers other political-epistemic horizons for evaluation in Latin America and the Caribbean.

Keywords: *Evaluation, Counter-hegemony, Decoloniality, Anthropology, Latin America and the Caribbean.*

Introdução

Este artigo insere-se em um campo de reflexão situado em uma agenda global de avaliadores e avaliadoras que sustentam que a avaliação deva considerar, em suas várias dimensões (políticas, ontológicas e metodológicas), as cosmovisões, saberes práticas e identidades dos povos originários, constituídos em seus distintos territórios e culturas¹. Especificamente, o artigo traz contribuições para definir conceitos e análises para a construção de enfoques contra-hegemônicos e descoloniais de avaliação a partir de uma perspectiva latino-americana e caribenha, visando incidir nessa agenda global de avaliações a partir dos povos originários.

Para tanto, orienta-se por uma pergunta central: em que medida as avaliações que estamos realizando em nossas instituições, nos governos, nas universidades, nas ONGs, nos organismos internacionais estão próximas dos povos originários, sobretudo da América Latina, associando as avaliações à afirmação de direitos desses povos e a sua busca por uma vida digna?

Considerando a avaliação como um campo, no sentido de Bourdieu (1990), constituído por sua historicidade e suas dinâmicas políticas contemporâneas, a resposta a esta pergunta leva a pensar negativamente, ou seja, que, em sua maioria, as avaliações não se aproximam das formas de vida dos povos originários e de suas cosmovisões. Trata-se de avaliações que, hegemonicamente, orientam-se por ideias e classificações que remontam à colonialidade de poderes e saberes (Quijano, 2009), definidas por um pensamento do norte Global e operacionalizadas segundo as dinâmicas econômicas e políticas da agenda estatal. Contudo, propomos aqui, considerar, uma contra-hegemonia no campo da avaliação a partir de uma opção descolonial, nos termos

1 Ver mais em: <https://comm.eval.org/aeaipeg/evalindig>

de uma avaliação gestada a partir da América Latina em uma tentativa de afirmar a pergunta central que nos inquieta neste artigo. Para tanto, este artigo estrutura-se em cinco seções:

1. Introduz os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia em aproximação com a avaliação;
2. Analisa as historicidades do campo da avaliação e suas tensões políticas a partir de dimensões institucionais, territoriais, epistemológicas e metodológicas, entre hegemonias e enfoques emergentes;
3. Apresenta, a partir crítica aos cenários políticos neoliberais e às avaliações técnico-formais, uma proposta metodológica de avaliação a partir de uma abordagem antropológica;
4. Propõe uma opção descolonial, refletindo acerca de conceitos centrais para fundamentar uma avaliação a partir da América Latina;
5. Como conclusão, considera, a partir das perspectivas críticas de avaliação expostas, outros horizontes epistêmicos e políticos para a avaliação na América Latina e Caribe.

1. Os conceitos de hegemonia/ contra-hegemonia e a avaliação

Como ponto de partida, a avaliação é aqui compreendida como um campo, no sentido de Bourdieu (1990), constituído por sua historicidade e suas dinâmicas políticas contemporâneas, que envolve diferentes atores (gestores, políticos, acadêmicos, consultores) e instituições (governos, universidades, sociedade civil, empresas), com seus valores e práticas, interesses, opções políticas, conhecimentos práticos e científicos e agendas.

Diante disso, no entanto, entendemos que existem assimetrias de poder no campo da avaliação: há avaliações hegemônicas, mais valorizadas no campo e, por isso, mais legitimadas por determinados atores políticos e por deter-

minadas instituições, bem como avaliações mais padronizadas, que mobilizam um certo poder econômico dentro da avaliação junto a consultores, pessoas do mercado e consultorias de agências de cooperação internacional. Mas, por outro lado, há uma tensão no campo da avaliação que conduz para outras dimensões de avaliações emergentes, provocando rupturas que conduzem à construção de contra-hegemonias, tema deste artigo.

Recuperemos aqui, conceitualmente, o que se entende por hegemonia e contra-hegemonia e sua pertinência aplicada à avaliação. Bobbio (2008) identifica que o conceito de hegemonia, que vêm da tradição da Ciência Política, remete, etimologicamente, a uma raiz grega, significando uma forma de dominação militar, em uma direção suprema de um poder absoluto exercido pelos chefes militares. De outra forma, mais contemporaneamente, o conceito de hegemonia se estabelece no âmbito geopolítico das relações internacionais, relacionado ao poder das potências hegemônicas associadas ao imperialismo no campo das relações globais entre as nações; mas, se existem potências hegemônicas, também existem, segundo Sader (2013), movimentos antissistêmicos contra-hegemônicos entre as nações, associados à ideia do sistema-mundo de Wallerstein (2007), que se situam dentro do capitalismo mundial, em que outras nações vão questionar o poderio de uma potência hegemônica em um determinado momento histórico. Aqui, por exemplo, pode-se pensar em como os países do Sul estão hoje questionando a hegemonia do Norte Global.

Contudo, segundo Campione (2005), o conceito político de hegemonia mais eficaz remete a Antônio Gramsci. Para esse cientista político, hegemonia significa o conjunto de relações de dominação exercidas pela classe social dominante sobre uma classe dominada no âmbito da sociedade política (Estado) por meio da força, mas também no âmbito da sociedade civil por meio do consentimento,

que gera consenso e passividade. No entanto, essa definição também inclui considerar mecanismos para sua superação. Assim, para Campione (2005), se a hegemonia gramsciana é definida pela supremacia de uma classe social e de sua visão de mundo, o conceito pode operar para definir uma mudança de direção feita pela classe subalterna, com outra visão de mundo contrária à relação de opressão e às desigualdades religiosas, étnicas, de gênero, em oposições entre conhecimentos intelectuais e os "simples", entre a cidade e o campo, entre o político e o econômico, estabelecidas a partir da dominação hegemônica. Nesse sentido, há uma tensão entre a supremacia de uma classe sobre outra, pois essa relação de opressão que gera desigualdades é sempre passível de ser questionada.

No entanto, não é Gramsci quem estabelece o conceito de contra-hegemonia que, como veremos adiante, é fundamental para compreender o campo de avaliação tratado neste artigo. O conceito de contra-hegemonia ou, pode-se dizer, hegemonia alternativa é de Raymond Williams, um intelectual inglês que nos anos 1970 passou a expoente da corrente teórica chamada de estudos culturais. Williams (1979) se concentra em pensar como, de fato, a hegemonia não se dá na sua integralidade e, para isso, busca compreender como a classe dominante opera. Nesses termos, Williams traz à tona a dimensão cultural: a hegemonia é uma dominação da totalidade da vida social, ou seja, de uma cultura dominante sobre as outras. Por outro lado, a contra-hegemonia ou hegemonia alternativa se estabelece por meio de fenômenos sociais e políticos que buscam estabelecer outro sentido da realidade, a partir do vivido, com a criação contínua de outras formas de viver com valores, práticas e experiências a partir de "fora" da cultura dominante.

A partir desse percurso conceitual, a título de síntese provisória, é possível identificar a hegemonia e a contra-hegemonia no cam-

po da avaliação a partir de três dimensões: geopolítica, política propriamente dita e cultural. Na dimensão geopolítica, é possível pensar que a hegemonia conduz a formas de avaliação a partir do Norte e que a contra-hegemonia significa avaliar a partir do Sul como um movimento anti-sistêmico global. Na dimensão política, a hegemonia significa pensar o predomínio da avaliação a partir do Estado e de classes sociais que exercem a dominação política por meio da força e do consentimento dos grupos dominados; por outro lado, a contra-hegemonia levaria a uma perspectiva de avaliar a partir das classes subalternas e suas outras visões de mundo e de avaliação, porque essas classes operam, potencialmente, com outra ideia de pensar, que, potencialmente, se move para uma mudança de direção política. Finalmente, uma dimensão cultural: se a perspectiva hegemônica remete à forma de pensar a partir da cultura dominante, a perspectiva contra-hegemônica opera no pensamento e na avaliação a partir de outros valores, práticas e experiências da realidade vivida e considera suas formas emergentes de vidas distintas. Em síntese, para compreender o potencial de aplicação dos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia na avaliação, remeto ao Quadro 1.

Quadro 1
Conceitos de hegemonia e contra-hegemonia e a avaliação

DIMENSÕES	HEGEMONIA	CONTRA-HEGEMONIA
GEOPOLÍTICA	Avaliar a partir do Norte Global	Avaliar a partir do Sul Global
POLÍTICA	Avaliar a partir do Estado/ das classes dominantes e sua “visão de mundo”	Avaliar a partir das classes subalternas e suas outras visões de mundo
CULTURAL	Avaliar a partir da cultura dominante	Avaliar a partir de outros valores, práticas e experiências (realidade vivida) e suas formas emergentes a partir de fora da cultura dominante

Fonte: Elaboração própria.

2. O campo da avaliação: historicidades e tensões

1.1 Avaliação e colonialismo

Ao nos propormos analisar as historicidades do campo da avaliação e suas tensões políticas, entre hegemonias e enfoques emergentes, é fundamental inicialmente pensarmos o estatuto da colonialidade em que se funda a avaliação. Para tanto, pensemos junto com o antropólogo Georges Balandier (2015). Ele nos conta que o estabelecimento das classificações, aquelas que se imputa ao objeto que se valora em uma avaliação, é marcado historicamente pela colonização. Entende-se que este projeto colonial tem como fundamento a ideia de que há diferenças entre os povos e culturas.

Por corolário, o ato de avaliar, marcado pelo colonialismo, supõe que se tem como propósito avaliativo estabelecer diferenças entre culturas. Mas não são quaisquer diferenças: são processos de diferenciação que visam hierarquizar sociedades, culturas, raças e gêneros

a fim de sustentar a dominação colonial. Esses processos coloniais hierarquizantes imputaram aos povos originários, ao longo do tempo, categorias classificatórias, como “nativos”, “primitivos”, portadores do “pensamento selvagem”, “sociedade tradicionais”; ou, geopoliticamente, “povos subdesenvolvidos”, “atrasados”, etc.

Este pressuposto constitui a base ontológica e epistemológica da avaliação, a qual se sustenta na matriz do pensamento ocidental, sendo ela mais uma das estratégias da dominação colonial. Se ainda não nos referimos especificamente às avaliações na sua versão contemporânea, o que sustento aqui, como pressuposto, é que há uma gênese histórica da avaliação na América Latina que tem um caráter eurocêntrico.

De fato, essa gênese avaliativa nega o princípio da igualdade e da equidade entre os povos, culturas e nações; em última instância, nega o exercício antropológico da alteridade, fundamental para garantir a existência e o reconhecimento dos povos originários,

e, portanto, fundamental para constituir a construção de uma avaliação orientada às suas cosmovisões, saberes e práticas e culturas, portanto, uma avaliação decolonial. É sobre essa gênese histórica colonial e sua superação de que se trata as reflexões deste artigo, e que define a hegemonia e a contra-hegemonia no campo da avaliação, a serem analisadas a seguir.

2.2. Da hegemonia na avaliação

Há pelo menos um pouco mais de um século a avaliação vem se tornando um projeto científico e político (Guba e Lincoln, 2011), e entendo aqui que esse projeto tem reforçado o pensamento colonial, reificado nos dias de hoje. Mais ainda, como decorrência disso, este projeto tem afastado a ideia de que a avaliação pode ser um processo de aprendizagem entre saberes, experiências de ações públicas comunitárias de outros povos e culturas, subalternizados no processo colonizador (Spivak, 2018).

Historicamente, a avaliação se encerra em uma matriz de pensamento que se apoia no ideário liberal burguês europeu e, acrescento, ao seu projeto colonial (Balandier, 2015). Trata-se da ideia de avaliação como um projeto científico, mas nos moldes de um paradigma específico: aquele marcado pela racionalidade instrumental, procedente da filosofia racional burguesa dos fins do século XIX e, especialmente, no início do século XX. Este pensamento se sustenta na ideia de um racionalismo sem sujeitos, elevando o homem racional despreendido da sua condição histórica e política; ou seja, afirma a ideia de pensar a condição humana sem vínculos com o existir, sentir e atuar e transformar a sua realidade histórica. De fato, se trata de um processo de avaliação nos marcos do positivismo que se sustenta na separação clássica do sujeito-objeto, com o intento de basear-se em uma pretensa neutralidade científica, acreditando na separação entre fatos, empiricamente comprovados, e valores (Guba e Lincoln, 2011).

Entende-se que tal cientificidade da avaliação, nos termos da matriz europeia e burguesa, acima mencionados, reificam hierarquias sociais e os mecanismos de controle e, portanto, sustentam e mantém o projeto colonial na América Latina. Isso se intensifica quando a avaliação passa a ser um instrumento de Estado, sobretudo a partir dos anos 1990, nos países latino-americanos sob a influência de organismos internacionais e a emergência do neoliberalismo (Neirotti *et al.*, 2015; Gussi e Oliverira, 2008).

Logo, nesses marcos, chegamos às perspectivas contemporâneas da avaliação. Nesse contexto, o Estado, estrategicamente, alinha-se aos supostos cientificistas da avaliação, acima mencionados, para agenciar, ele mesmo, avaliações de políticas públicas, programas e intervenções sob sua égide. Ou seja, o Estado traz o ideário da racionalidade científica aos marcos técnico-burocráticos de sua atuação (Neirotti *et al.*, 2015).

Há que situar aqui que se trata de um projeto político estatal, de um Estado que avalia, e que se afasta da perspectiva de um projeto de igualdade entre povos e suas distintas que vivem em sua fronteira territorial. Trata-se sustentar o projeto de homogeneização política e cultural do Estado Moderno, que, na América Latina, se fundou no exercício da violência física, mas também da violência cultural sob os povos originários, bem como os trasladados da África na condição de escravizados, negros africanos de diferentes etnias e nações. Nesse sentido, o Estado Moderno, que atualiza o projeto colonial em nosso território, é aquele mesmo que, contemporaneamente, avalia.

Agregando a esta trajetória contemporânea do campo da avaliação, técnica-cientificista-colonial, matriz hegemônica nesse campo, vem se reproduzindo novas configurações do Estado Contemporâneo, nos últimos quarenta anos. Refiro-me ao Estado Neoliberal, a partir do qual as avaliações de políticas, programas e intervenções públicas orientam-se cada vez

mais sob a égide do gerencialismo. Trata-se de um modelo de gestão baseado na gestão empresarial, de perspectiva técnica, fundamentado em conhecimentos instrumentais e funcionalistas, derivados de estratégias de gestão originárias do mundo anglo-saxão. O gerencialismo atua por meio de órgãos de controle estatal que conformam um novo viés valorativo das avaliações por meio de uma racionalidade que serve ao mercado, transformando os bens públicos e a política pública a partir da lógica do mundo privado, e afastando, cada vez mais, os cidadãos e suas diferentes demandas sociais, para os quais, idealmente, as políticas estatais são destinadas (Souza, 2014).

Sobretudo, o gerencialismo fixa-se na ideia do resultado e impactos das políticas públicas e programas, convertendo-os em números e algorítmicos por meio da Estatística Aplicada e da Econometria a fim de valorá-los segundo a uma agenda neoliberal, o que, sob a enunciação de fórmulas, distancia-se da vida das pessoas em suas experiências cotidianas, em seus territórios. Nesse sentido é que essas concepções e práticas associadas à avaliação de cunho gerencial, tornadas hegemônicas, fundam-se, por exemplo, em valores da eficiência, eficácia e efetividade (Januzzi, 2016).

Sustento aqui, como se verá adiante, a necessidade de realizar avaliações que vão mais além dos três E's, como denominamos, menos preocupada com os resultados e impactos quantificáveis das políticas estatais, seus sucessos e fracassos, no âmbito econômico-financeiro. Ao contrário, sustento como o projeto histórico da avaliação, marcado, estruturalmente, pelo projeto político-técnico-burocrático-cientificista-utilitário-colonial pode ensejar, dialeticamente, um outro pensamento ao revés, contra-hegemônico: uma avaliação ancorada em racionalidades diversas, advindas de pessoas e de grupos, das comunidades, suas culturas, seus territórios, menos centrada na lógica do mercado, e mais próxima da vida

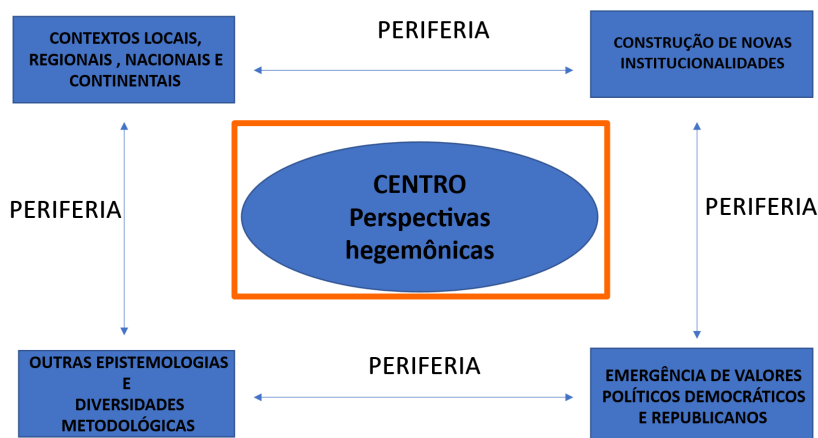
experenciada dos povos originários, o que será posto a seguir.

2.3. Das contra-hegemonias na avaliação

Venho mostrando até então que há um campo hegemônico na avaliação, construído em torno de um projeto científico e político que reifica a colonialidade, e que pretende conferir uma certa homogeneidade às avaliações. Contudo, se essa hegemonia é operante para determinar a agenda política contemporânea da avaliação, isso se constitui mais como um mito a ser referenciado do que uma realidade histórica, pois que não reflete as tensões e embates políticos que perpassam historicamente o campo da avaliação.

Dialeticamente, sustento que há fissuras e embates no interior do projeto hegemônico-homogeneizante da avaliação, a partir de observações que tenho realizado acerca do campo da avaliação, sobretudo nas suas margens, ou, pode-se dizer, nas periferias desse campo (Gussi e Oliveira, 2016). É porque os objetos avaliativos (instituições, políticas, programas, intervenções públicas) encerram em si contradições, e, nesse sentido, existem movimentos contra-hegemônicos no campo da avaliação que atentam a essas contradições e as evidenciam nas avaliações. Esses movimentos contra-hegemônicos têm posto em questão a avaliação como mecanismo de controle estatal, alinhado a um projeto histórico colonial, aquele que desvaloriza as demandas, interesses, cosmovisões e saberes de grupos subalternizados (Spivak, 2018; Lima e Gussi, 2021). Nesses estudos, tenho identificado que a emergência desses movimentos contra-hegemônicos no campo da avaliação afastam-se das visões hegemônicas em quatro dimensões: (i) territorial, (ii) institucional; (iii) e epistemológicas e (iv) políticas, o que remeto à Figura 1:

Figura 1
O campo da Avaliação entre hegemonias e contra-hegemonias



Fonte: Elaboração própria.

A primeira dimensão, a territorial, refere-se à aproximação de avaliadores e avaliadoras, identificados com os territórios geopoliticamente referenciados às regiões do Sul Global, bem como às formas de conhecimento nativo nesses territórios, distintos do Norte Global. A *African Evaluation Association* - AfrEA vem conduzindo uma agenda de avaliação no continente africano denominada “modo africano de avaliação” (Chilisa, 2012), bem como a ReLAC, especialmente o Grupo de Trabalho “Evaluar desde la America Latina” (Oliveira, 2019), no qual se vêm trabalhando a busca de uma avaliação a partir do Sul, com perspectivas que envolvem novos atores sociais, grupos e culturas distintos e suas formas de ver e de avaliar (Oliveira, 2022), cujas ideias foram recentemente expressas na Mesa Inaugural “Evaluar desde la América Latina”, realizada

na última Conferencia ReLAC, em Quito, no Equador.²

Disso decorre uma outra dimensão emergente no campo contra-hegemônico da avaliação, a institucional. Ao assumirem uma perspectiva que denomino como “sociocêntrica”, esses movimentos avaliativos afastam-se da perspectiva “estadocêntrica”, e que, portanto, entendo que por isso há a necessidade de se valorizar avaliações realizadas por outras instituições, como aquelas que são desenvolvidas nas universidades, em organizações da sociedade civil, nas organizações comunitárias, que conformam, em seu horizonte, outras formas de organização social, política e econômica, não marcadas exclusivamente pela perspectiva neoliberal.

2 Ver mais em: Quintero e Gussi (2022). Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=528454588833054

Como terceira dimensão, esses movimentos ensinam a construção de outras epistemologias e metodologias de avaliação. Há um movimento emergente que contrapõe a hegemonia do cientificismo, de viés positivista, na avaliação, buscando avaliações de cunho mais interpretativo, hermenêutico e participativo, associadas a outras metodologias e técnicas de pesquisas qualitativas e mistas (Gussi, 2019; Gussi e Oliveira, 2017).

Finalmente, entendo que estes movimentos contra-hegemônicos, que alinham territórios do Sul Global, novas institucionalidades e outros aportes epistemológicos e metodológicos, vêm dando outras conformações políticas à avaliação: esses movimentos abrem a avaliação para outros horizontes, remetendo a uma quarta e última dimensão, a política, na medida em que vai definindo a avaliação no campo democrático, com a afirmação dos direitos humanos e da cidadania, bem como a equidade e o desenvolvimento com base local. Especialmente, para o que é proposto aqui, discorro mais detidamente, na próxima seção, com intuito de responder às inquietações epistemológicas e metodológicas emergentes, acerca de uma proposta de avaliação que, sob o viés antropológico, pode constituir-se em uma matriz emergente nesse campo.

3. Uma avaliação, sob a perspectiva antropológica

3.1. Cenários políticos e modelos de avaliação

Ao situarmos o campo da avaliação – e, posteriormente, a proposta avaliativa que será apresentada –, é necessário compreendermos o cenário político em que se insere o que se denomina de um modelo técnico-formal de avaliação, ou seja, aquele que se define como politicamente hegemônico neste campo. Este cenário nos leva à perspectiva avaliativa, fomentada pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e BID, e suas políticas

de financiamento, que remetem a uma avaliação nos marcos políticos neoliberais (Banco Mundial, 2004).

A essa agenda política circunscreve-se um modelo de avaliação de programas, projetos e políticas, sobretudo governamentais, quase sempre reduzidas à dimensão econômica, em essas avaliações têm por intuito demonstrar o sucesso ou fracasso das políticas a partir da construção de indicadores, notadamente estatísticos, que revelam a otimização da relação custo-benefício, previamente calculada, em relação ao investimento realizado na execução de programas, projetos e políticas.

Trata-se, antes, de imputar um modelo de avaliação de cunho técnico-formal, entendido como um modelo único e universal de avaliação, que traz em si uma proposição epistemológica funcional e positivista, desconsiderando os sujeitos sociais, envolvidos nas políticas, bem como os contextos sócio-políticos e culturais nacionais, regionais e locais onde essas políticas realizam-se, e as contradições neles inerentes.

Em contraponto a esse modelo técnico-formal, regido pela agenda neoliberal, a proposição teórico-metodológica a ser enunciada neste trabalho, parte do pressuposto de que tal modelo não possibilita avaliar as políticas no âmbito de seus contextos e tempos específicos.

É preciso frisar que esse modelo não dá conta de tratar das contradições do Estado, considerando aqui, segundo Santos e Avritzer (2003), suas possibilidades de construir marcos emancipatórios, de cunho democrático, rumo à universalização de direitos, entre critérios e igualdade e equidade, que se impõem a partir dos movimentos da sociedade civil. É que tal modelo circunscreve uma forma de avaliar associada a um campo político de afirmação um Estado regulatório, regido dentro das regras de liberalização do mercado, em que as políticas e programas de corte social devam estar circunscritas e, como decorrência disso, devam ser avaliadas.

Para dar conta das contradições do Estado Contemporâneo, e suas expressões nas políticas públicas, entendemos que há a necessidade de construção de outro parâmetro de avaliação que vá além de definições operacionais conduzidas por modelos avaliativos pré-concebidos e que se distancie da agenda política e do modelo técnico-formal de avaliação. Faz-se necessário ampliar o horizonte político, analítico e metodológico da avaliação, que será proposto a seguir.

3.2. Uma metodologia de avaliação em aproximação com a antropologia

A proposta metodológica de avaliação, que vimos desenvolvendo, remete-nos a um diálogo com o campo disciplinar da antropologia, sobretudo o que Cardoso de Oliveira (1996) denomina de “o horizonte antropológico”. Duas perspectivas orientam esse campo: a postura relativista e a observação participante.

No que tange à postura relativista, o avaliador deve tentar compreender como os diferentes sujeitos, envolvidos nas políticas, concebem as políticas e entendem os seus resultados e impactos a partir de referenciais próprios da cultura desses sujeitos. Nessa postura, a avaliação tende a ser multirreferencial, pois contempla vários destinatários das políticas e os significados que dão a elas, sem atribuir a esses significados uma hierarquia de valores que tende a julgar sob o prisma de um único agente envolvido na política.

Mas essa postura não se constitui *a priori*: ela é uma construção do avaliador que deve fazer sua imersão no cotidiano da política, na qual ela se realiza. Trata-se de, metodologicamente, ir a campo e construir, por meio da observação participante e as técnicas de pesquisa a ela concernentes, uma “etnografia da experiência” das políticas públicas, que constituirá a base de dados para a sua avaliação.

Posto o horizonte antropológico, que define nossa perspectiva metodológica, para avaliar, é necessário construir, nos dizeres de Geertz (1978), uma “descrição densa”, na qual se busca interpretar os diferentes significados acionados publicamente pelos atores, envolvidos nos programas e nas políticas.

Desta perspectiva etnográfica, metodologicamente, o avaliador deve percorrer a trajetória institucional de uma política ou programa. Entendemos a noção de trajetória como aporte fundamental para ampliação da perspectiva avaliativa (Gussi, 2008). Tal noção, inspirada na sociologia reflexiva de Bourdieu (1989), que encontra no constante devir, o campo compreensivo para o desenvolvimento e problematização da pesquisa avaliativa a partir das representações dos sujeitos envolvidos na política.

Essa proposta, a de realizar um estudo sobre a dimensão da trajetória coletiva-institucional das políticas e programas, entendendo-a como devir submetido a incessantes transformações advindas de forças e intencionalidades internas e externas, compreender também que esta construção tem como base os aspectos culturais das instituições e dos destinatários das políticas e programas, e que isso circunscreve o processo de implementação e os resultados das políticas públicas (Gussi, 2008).

A construção das trajetórias, aqui apresentadas, toma as noções de trajetória construídas por Bourdieu (1996) e Kofes (1994; 2001) como estratégicas. A primeira se referindo à proposta articulada por Bourdieu, que compreende a trajetória de uma vida como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (Bourdieu, 1996: 81). Desta maneira, Bourdieu não busca interpretar a vida como um conjunto coerente e orientado, que se desenrola seguindo uma ordem lógica, mas sim como algo que se desloca no espaço social e não está vinculada apenas

a um sujeito, mas a sujeitos sociais (ou não a uma instituição, mas a instituições). Sob outro prisma, consideramos também a noção de trajetória de Kofes, que a entende como “o processo de configuração de uma experiência social singular” (Kofes, 2001: 27).

Assim, consideram-se tanto os distintos posicionamentos dos sujeitos (e da instituição) no contexto social e histórico, como as interpretações destes acerca de tais posicionamentos, construindo suas trajetórias a partir de suas próprias representações. Dessa maneira, as narrativas individuais nos abrem cortinas para observação do processo revelado no contexto social, fazendo-nos recordar Becker quando nos diz que a história de vida, “mais do que qualquer outra técnica, exceto, talvez a observação participante, pode dar um sentido à super explorada noção de processo” (1994: 109).

A partir dessa compreensão entende-se que as trajetórias constituem como instrumento metodológico estratégico para compreensão da processualidade e para construção do diálogo entre as temporalidades, discursos e compreensão histórica coletiva e social com a vivência singular e individual. Nesse sentido, por meio das narrativas e relatos de vida é possível formular a compreensão do contexto social em que os sujeitos se inserem, assim como das representações de tais sujeitos a partir das evocações por estes realizadas.

Similarmente ao que propõem Bourdieu (1991), Kofes (2001) e Becker (1994) para pensar a trajetória de uma vida, como um processo, a proposta metodológica aqui apresentada transpõe a noção trajetória para considerar uma política pública ou de um programa, como um processo, a proposta metodológica aqui apresentada transpõe noção trajetória para considerar uma política pública ou de um programa. A ideia é a de que a política/programa não tem um sentido único e estão circunscritas a ressignificações, segundo seus distintos posicionamentos nos vários espaços

institucionais (ou fora deles) que percorre, ou seja, de acordo com seus deslocamentos na instituição ou na comunidade destinatária desta política ou programa.

Nesse sentido, se compreendemos que uma avaliação de uma política, programa ou projeto deve conhecer os diferentes atores institucionais e destinatários desta, e, em um processo de imersão, no campo, no sentido etnográfico de construir uma “descrição densa”, propomos, metodologicamente, que uma avaliação deva reconstruir as trajetórias das políticas, compreendendo seus diversos sentidos. E que essas trajetórias, ao circunscrever os resultados das políticas, constituem dimensões fundamentais para o aprofundamento da avaliação de políticas públicas

Exemplarmente, segundo a perspectiva etnográfica posta – a de construir uma descrição densa da trajetória do programa/política – aquele que pretende avaliar uma política pública deve conhecer os diferentes atores institucionais e destinatários dessa política ou programa, em um processo de imersão, no campo onde as políticas perfazem, de formas distintas, suas trajetórias. Posteriormente, deve definir estratégias metodológicas participativas, buscando os vários entendimentos, por exemplo, acerca da política ou programa, seus objetivos, ações e resultados, compreendidos por diferentes sujeitos (agentes institucionais, público destinatário), ao que pode associar aspectos a serem verificados *in loco*, relacionados especificamente com o escopo da política ou programa. A proposição é a de construir metodologicamente – no campo – a experiência de uma política/programa – sua trajetória – no contexto de uma comunidade local ou grupo social específico. Trata-se de uma proposição alinhada à perspectiva de Lejano (2011) para a análise de políticas, baseada na problematização da noção de experiência. Para este autor, a política deve a ser compreendida em seu cotidiano, na prática dos atores sociais envolvidos com ela, em seus contextos específicos.

A que se atentar, contudo, para o lugar do/a avaliador/a, nesta proposta, uma vez que sua concepção sobre a política/programa é reconstruída a partir de sua imersão no campo, em que – numa postura relativista – deverá contrapor suas próprias concepções sobre a políticas com as de outros atores. Assim, na medida em que compreende o que os outros dizem, é possível avaliar essa política, de forma a não estabelecer – de uma vez por todas – uma verdade sobre ela, mas uma compreensão, numa atitude eticamente ponderada, acerca da política ou programa avaliado.

Mas um esforço analítico adicional deve ser empreendido pelo avaliador a partir de sua descrição densa sobre a política/programa. Sua descrição deverá enfrentar, analiticamente, a dinâmica do programa/política relacionando-a a agenda do Estado e circunscrevendo relações de poder, consubstanciadas, dialeticamente, em disputas políticas dos diferentes atores sociais, entre perspectivas regulatórias e/ou emancipatórias, como nos fala Santos e Avritzer (2003). Dessa forma, a compreensão avaliativa deve ser posta em relação às configurações do Estado contemporâneo e suas contradições.

Isso posto, avaliar sob uma perspectiva antropológica, ao mesmo tempo em que implica, metodologicamente, na construção de uma “descrição densa”, tal esforço etnográfico, deve levar à compreensão dos padrões de intervenção do Estado e à proposição de mudanças das políticas a partir da compreensão do objeto avaliativo sob diferentes pontos-de-vista, interpellando a lógica do Estado.

A proposta teórico-metodológica, sob a perspectiva antropológica, aqui apresentada, implica no afastamento dos modelos formais universais hegemônicos de avaliação. E implica também em um afastamento do projeto científico-colonial que circunscreve a aplicações destes modelos, quase sempre afinados à perspectiva regulatória do Estado e às dinâmicas do mercado. Ao contrário, saliento que

a abordagem antropológica constitui um meio estratégico que leva à construção de avaliação com enfoques contra-hegemônicos e descoloniais, orientando encaminhamentos epistêmicos e políticos em direção às perspectivas dos povos originários e sua emancipação na América Latina e no Caribe, como será visto a seguir.

4. Por uma opção descolonial de avaliação

Nesta seção, como uma forma de adensarmos a proposta antropológica de avaliação, acima exposta, vamos refletir melhor sobre a constituição do enfoque contra-hegemônico em relação ao que vamos chamar de uma virada descolonial da avaliação, entendida também como dimensão geopolítica localizada a partir do Sul e, especialmente, da América Latina. Vimos que as hegemonias na avaliação se sustentam sob o projeto político-técnico-burocrático-científico utilitário-colonial e, nos tempos mais contemporâneos, a partir da regulamentação neoliberal e dos valores da Nova Gestão Pública. No entanto, vimos destacamos que há rupturas no campo da avaliação em direção à contra-hegemonia, envolvendo a participação os atores sociais na avaliação e que vêm mudando o foco da avaliação, com abordagens de análises mais interpretativas e hermenêuticas, reforçadas metodologicamente, como vimos, com a perspectiva antropológica da experiência da política apreendida por meio do trabalho de campo junto aos atores em seus contextos locais. Esses enfoques nos levam a possibilidades concretas de construir avaliações centradas nas comunidades, nas culturas, nos territórios, resultantes de interpretações que vêm dessa interação entre o avaliador e os avaliados.

No entanto, é necessário ir além e pensar a contra-hegemonia, propondo uma mudança a partir do Sul. Para isso, situamos analiticamente a ideia da descolonização da avaliação. A hipótese fundante é a crítica de que a trajetória do pensamento avaliativo foi constituída

no e a partir do Norte, de acordo com as dinâmicas econômicas e políticas liberais, mais recentemente neoliberais, e que seus paradigmas foram impostos a nós, no Sul, a partir de uma lógica geopolítica de assimetrias de poder entre as nações, sobretudo na América Latina. Na região, historicamente, isso se reproduziu a partir da perspectiva do desenvolvimentismo no início do século XX, quando avaliar significava conduzir ao desenvolvimento. Mas a dinâmica desenvolvimentista era unidirecional e evolucionista, sobretudo quanto às formas de desenvolvimento econômico, pois estava direcionada para onde está o Norte, o que significa pensar o que, nós do Sul, não temos a partir de um olhar para cima. Assim como ocorreu com as reformas dos Estados na América Latina, que se fizeram de acordo com a lógica do neoliberalismo que vem do Norte, no final do século XX e início do século XXI, que circunscrevem as avaliações de cunho hegemônico.

A trajetória da avaliação hegemônica que vem do Norte para o Sul, contudo, esconde processos históricos que a fundamentam: o colonialismo e suas formas de dominação, que se atualiza na América Latina nos dias de hoje, sob os quais a avaliação (do Norte) aqui se legitima. Essa condição colonialista da avaliação reitera dinâmicas de dominação que se estabelecem em três níveis: o primeiro, a racialidade, onde opera a classificação e a hierarquização da classificação entre as raças e as etnias; a dominação de gênero e de sexualidades, fundada no patriarcado; e, por último, reforça a condição de subalternidade de determinados grupos sociais (Spivak, 2018). Esse sistema de dominação colonial se materializa na ação pública do Estado, bem como no âmbito da política pública, especialmente na avaliação feita pelos agentes estatais (Lima e Gussi, 2023).

Mas, como sustentamos aqui, movimentos contra-hegemônicos permitem conduzir uma crítica à matriz hegemônica da avaliação fundada no colonialismo e seus processos, e pen-

sar a construção de uma avaliação a partir do Sul. Primeiro, é preciso sustentar uma crítica ao colonialismo e seus sistemas de dominação a partir de uma transformação que subverta a gênese ontológica da avaliação em sua lógica hegemônica que nega a alteridade, o reconhecimento do Outro e as hierarquias de poder e de conhecimento. Ao contrário, a avaliação contra-hegemônica deve incorporar uma alteridade radical em uma virada descolonial a partir do Sul, subvertendo a própria trajetória hegemônica colonial da avaliação. Trata-se de afirmar uma avaliação voltada para a afirmação da vida digna dos povos, sobretudo do Sul, considerando as diferentes cosmologias dos povos originários, seus saberes e experiências, suas identidades constituídas em seus diversos territórios e culturas, que lhes foram (e são) expropriados pela condição da colonialidade.

A partir daí, temos que olhar para os subalternos. Assim como Spivak (2018) questiona se é possível ao subalterno -uma categoria estabelecida a partir dos princípios da dominação de classe, gênero e etnia- falar, podemos perguntar se é possível ao subalterno avaliar. É uma pergunta simples, mas que fundamenta uma opção descolonial do ponto de vista ontológico, epistemológico e metodológico da avaliação com enfoque contra-hegemônico (Lima e Gussi, 2023). Não se trata apenas de pensar uma crítica à matriz liberal estatal da avaliação, pois, para construir a contra-hegemonia, é necessário ir além: pensar a categoria do colonialismo e sua superação. Para isso, o/a avaliador/a deve entrar em uma fronteira dialógica e desierarquizante com os/as avaliado/as, sobretudo escutar o que subalterno fala e como ele avalia.

A virada descolonial nos leva a pensar, como possibilidade, em avaliar a partir da América Latina que adere à construção de um pensamento crítico latino-americano de avaliação. Se hegemonicamente as avaliações seguem os parâmetros do pensamento ocidental, que evoca a matriz epistêmico-liberal-cien-

tífica-positivista-colonial, radicalizo tentando construir uma virada ontológica e metodológica voltando-se para outras cosmovisões na avaliação ao colocar em primeiro plano matrizes descoloniais, ancoradas no pensamento dos povos originários em sua relação com a vida, com suas outras experiências e práticas (Lima e Gussi, 2021). Refiro-me, em particular, a matrizes descoloniais, ancoradas pensamento dos povos originários em sua relação com a vida, com suas outras experiências e práticas (Lima e Gussi, 2021).

Refiro-me, em particular, a matrizes sistêmicas de pensamento que evocam, por exemplo, a diáspora negra latino-americana entre a América Latina e a África a partir de cosmovisões afro-americanas, como, por exemplo, no caso brasileiro, os quilombolas (Santos, 2015), bem como os povos indígenas brasileiros que lutam pela floresta (Krenak, 2019), como os povos yanomami no Brasil (Kopenawa e Albert, 2010). Mas também me refiro às matrizes des-patriarcais associadas às lutas emancipatórias das mulheres latino-americanas, que, no entanto, diferem dos feminismos ocidentais, embora possam ser associadas a eles (Gonzalez, 1994), bem como a outras construções de gênero reivindicadas nas lutas das pessoas e coletivos LGBTQIPA+. Por fim, refiro-me aos trabalhadores urbanos periféricos e aos camponeses, aproximando-me de suas lutas históricas por afirmação de direitos. É disso que estamos tratando quando propomos uma perspectiva de avaliar a partir da América Latina e Caribe.

Considerações finais: horizontes político-epistêmicos para a avaliação na América Latina e Caribe

Este artigo teve como objetivo apresentar um conjunto de contribuições críticas sobre o campo da avaliação, sobretudo, salientar as tensões entre a hegemonia e a contra-hegemonia nesse campo e como podemos construir perspectivas contra-hegemônicas por meio uma opção des-

colonial de avaliação, situando-nos a partir da América Latina e do Caribe, considerado aqui como um território geopolítico, centrado a partir do Sul, a partir de uma perspectiva global. A ideia é pensar como podemos ir além nesse movimento contra-hegemônico e mudar paradigmas a partir de uma virada descolonial da avaliação. Com isso, tentamos responder à pergunta: é possível avaliar a partir da América Latina e acerca-se de outros saberes e experiências de povos e grupos sociais, sobretudo os subalternizados? Consideremos melhor essa possibilidade como um horizonte político-epistêmico em três dimensões: 1) rupturas, o que podemos mudar? 2) práticas, ou seja, o que podemos fazer? 3) perspectivas, para onde podemos ir?

A ruptura, como refletimos, implica em uma mudança paradigmática a partir do Sul, o que significa descolonizar a avaliação, rompendo com um projeto científico ocidental liberal burocrático de avaliação hegemônica, fundado nos marcos do capitalismo, em seus pressupostos coloniais que ensejam relações de poder sustentadas na racialidade, no patriarcado e na subalternidade. De outra forma, abrimos a opção descolonial como um avanço para a construção da contra-hegemonia. A partir da América Latina e do Caribe, temos duas perspectivas: pode-se avaliar “na” América Latina a partir da perspectiva hegemônica, nos termos do projeto hegemônico que define a trajetória de avaliação que vem do Norte e que foi imposta ao Sul de acordo com as relações assimétricas de poder no contexto do sistema-mundo (Wallerstein, 2007); em uma outra perspectiva, pode-se avaliar “a partir” da América Latina e do Caribe, situando o que estamos construindo aqui: uma ruptura com a perspectiva de avaliação que vem do Norte, nos parâmetros com que definimos aqui como contra-hegemonia. Nessa segunda perspectiva, entendemos que é possível pensar a partir de uma outra perspectiva geopolítica, epistemológica e, ainda, na ideia de outra ontologia da avaliação.

Isso é o que temos buscado no Grupo de Trabalho de ReLAC “Avaliar a partir da América Latina”. Nesse grupo, contribuimos para conformar uma avaliação com uma visão humana inclusiva e transformadora, que se adere à nossa região e o que nos define como latino-americanos. A partir desses fundamentos, temos alguns desafios, primeiro, como olhar para a heterogeneidade latino-americana, mas antes de tudo enfrentar as inúmeras formas de desigualdade da região. Se a avaliação gera formas de classificação e hierarquização das diferenças, é preciso compreender quando isso gera desigualdades. Trata-se de refletir o poder que uma avaliação tem de mudar a forma como a trajetória política e geopolítica do pensamento da avaliação hegemônica é conduzida. Assim, cabe aos/às avaliadores/a decidir entre manter a desigualdade ou, ao contrário, transformá-la. E não basta apenas afirmar as heterogeneidades da América Latina, mas sim trazer à tona e afirmar posições contra-hegemônicas com a construção práticas avaliativas que têm relação com a forma como conduzimos um diálogo e uma intencionalidade política transformadora.

Neste ponto, para orientar essas práticas, tomo aqui Varella (2017) e sua tese sobre a pesquisa militante na América Latina, que apresenta pontos para uma agenda de pesquisa à qual podemos aproximar uma agenda de avaliação. Varella (2017) esboça uma pesquisa ancorada no pensamento crítico latino-americano que aponta para: (i) uma pesquisa comprometida com a transformação social; (ii) uma pesquisa que amalgame o conhecimento crítico com a prática política; (iii) o fim da dicotomia sujeito-objeto na pesquisa; (iv) enfrentar o colonialismo intelectual e a dependência do conhecimento da academia; (v) afirmar a ideia de que todos somos sujeitos surgidos de processos históricos e capazes de transformar nossa realidade; (vi) finalmente, outro ponto importante: realizar uma pesquisa que traduza o trabalho coletivo e trans-

disciplinar, com a criatividade de métodos e metodologias ativas que evocam, na tradição latino-americana, a pesquisa-ação participativa, inspirada no pensador colombiano Orlando Fals Borda e nos brasileiros Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, estes últimos impulsionadores de movimentos de educação popular no Brasil e no mundo. Este conjunto de pontos de Varella (2017) para a realização de pesquisas a partir da América Latina nos leva a um “caldo epistêmico” para sustentar novos rumos para a avaliação realizada em nosso território. Ao nos aproximarmos do pensamento crítico latino-americano, podemos orientar a construção da avaliação na e para a América Latina, considerando-a como um território político com matrizes epistêmicas descoloniais e práticas de pesquisa militantes para afirmar a contra-hegemonia no campo da avaliação.

Mas, vislumbrando um outro horizonte político-epistêmico para a avaliação a partir da América Latina por meio de rupturas e do exercício de novas práticas, para onde podemos ir? Algumas perguntas geradoras – como nos orienta o educador brasileiro Paulo Freire, que dizia que é necessário construirmos “uma pedagogia das perguntas”, na qual o mais importante é fazermos do que buscarmos respostas – para nos guiar a construção de avaliações com enfoques críticos contra-hegemônicos. Ao sermos provocados, como avaliadores e avaliadoras, situados no Sul, podemos nos perguntar no momento de avaliar:

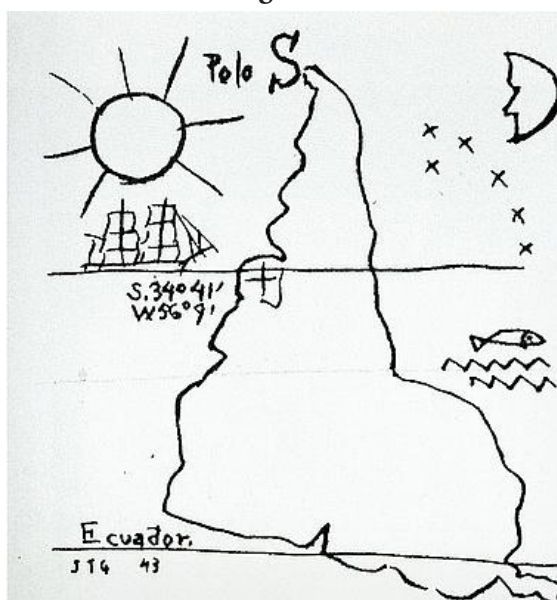
- - Como a avaliação pode promover a participação social para a emancipação dos povos latino-americanos?
- - Como a avaliação pode enfrentar as desigualdades étnico-raciais originadas do racismo estrutural que remete ao colonialismo?
- - Como a avaliação pode afirmar a construção do Estado democrático e os direitos sociais e civis?
- - De que forma a avaliação pode contribuir para a equidade de gênero e afirmar as di-

versidades sexuais, enfrentando modelos patriarcalistas hegemônicos?

- - De que forma as perspectivas dos povos originários sobre as relações entre os seres humanos e a natureza podem ser incorporadas nos processos de avaliação?
- - Como, enfim, a avaliação pode considerar a diversidade de cosmovisões, conhecimentos e práticas indígenas latino-americanas?

Talvez essas perguntas nos convidem para um outro olhar avaliativo a partir da América Latina e do Caribe. Assim como na imagem "América Invertida" de Joaquín Torres-García (Figura 2), quem sabe, com isso, podemos construir uma "avaliação invertida", mais humana, inclusiva e democrática?

Figura 2



Fonte: Joaquín Torres-García – América Invertida (1943).

Referências bibliográficas

- AfrEA (2007). *Making evaluation our own: Strengthening the foundations for Africa-rooted and Africa led M&E. Summary of a Special Conference Stream and Recommendations to the African Evaluation Association*. Disponível em: <http://www.vopetoolkit.ioce.net/en/resource/making-evaluation-our-own>.
- Balandier, G. (2015). *Variações antropológicas e sociológicas sobre "Avaliar"*. In G. Balandier. *O que avaliar quer dizer?* pp. 19-33. São Paulo: FAP-UNIFESP.
- Banco Mundial (2004). *Monitorização & Avaliação. Algumas ferramentas, métodos e abordagens*. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Becker, H. (1994). *A história de vida e o mosaico científico*. In *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. (pp. 101-1115). São Paulo: Hucitec.
- Bobbio, N. (1998). *Dicionário de política I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- Bourdieu, P. (1996). *A ilusão biográfica*. In Amado, J., Ferreira de Moares, M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral* (pp. 183-191). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas
- Bourdieu, P. (1990). *O campo científico*. In Pierre Bourdieu. *Sociologia* (pp. 122- 155). São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- Campione, D. (2005). Hegemonía y contrahegemonía en la América Latina de hoy. Apuntes hacia una nueva época. *Sociohistórica*. Num. 17-18: 13-36.
- Cardoso de Oliveira, R. (1996). O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*. Vol. 39, Núm. 1: 39(1), (pp 13-37).
- Chilisa, B. (2012). *Indigenous Research Methodologies*, Thousand Oaks. CA: Sage.
- De Sousa Santos, B. e Avritizer, L. (2003). *Introdução: para ampliar o cânone democrático*. Em B. de S. Santos (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa* (pp. 39-69). Porto: Edições Afrontamento.
- De Sousa Santos, B. e Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. (pp. 223-244).
- Guba, E. G. & Lincoln, Y. (2011). *Avaliação de quarta geração*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Gussi, A. F. (2005). *Pedagogias da experiência no mundo do trabalho: narrativas biográficas no contexto de mudanças de um banco público estadual. Tese de Doutorado*. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- Gussi, A. F. (2008). Apontamentos teórico-metodológicos para avaliação de programas de microcrédito. *Aval. Revista de Avaliação de Políticas Públicas*. Núm. 1: 29-37.
- Gussi, A. F. (2019). Outras epistemologias e metodologias para avaliar políticas públicas: a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas – MAPP da Universidade Federal do Ceará, Brasil. *Aval. Revista de Avaliação de Políticas Públicas*. Núm. (pp. 168-183).
- Gussi, A. F. & Oliveira, B. R. (2016a). The cultural dimension of public policy evaluations: an anthropological approach. *Evaluation Connections European Evaluation Society Journal*. pp. 12-13.
- Gussi, A. F. & Oliveira, B. R. (2016b). Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. *Desenvolvimento em Debate*. Vol. 4, Núm. 1: 83-101.
- Gussi, A. F. & Oliveira, B. R. (2017). Discutindo paradigmas contra-hegemônicos de avaliação de políticas públicas. *Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas*. Brasília.
- Jannuzzi, P. (2016). Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: três valores em disputa na Avaliação de Programas e Políticas Sociais. *Revista Desenvolvimento em Debate*. Vol. 4, Núm. 1: 117-142.
- Kofes, S. (2001). *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas: Mercados de letras.
- Kopenawa D. & Albert, B. (2010). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Lejano, R. P. (2011). *Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto*. Campinas: Editora Arte Escrita.
- Lima, A. & Gussi, A. F. (2021). Pode o subalterno avaliar? Possibilidades de um giro contra-hegemônico como opção descolonial no campo da avaliação de políticas públicas. *Aval. Revista de Avaliação de Políticas Públicas*. Vol. 6, p. 11-35.
- Santos, A. B. (2015). *Colonização, quilombos, modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB.
- Souza, L. M. (2014). *Considerações sobre o neoliberalismo real, a avaliação de políticas públicas e a avaliação gerencialista*. In L. M. Souza. *Três ensaios sobre Avaliação de Políticas Públicas* (pp. 65-110). Natal: Editora UFRN.

- Neirotti, N. & Brisson M. E. & Mattalini, M. (2015). *La evaluación de las políticas públicas: reflexiones y experiencias en el escenario de transformaciones del Estado*. Lanús: Ediciones UNLa.
- Oliveira, B. R. (2019). Evaluar desde a América Latina: uma agenda. *Aval. Revista de Avaliação de Políticas Públicas*. Vol. 1, Núm. 15: p. 50-64.
- Oliveira, B. R. (2023). Un aspecto fundamental que hace a esta colonialidad del poder construida a partir de la colonización, es la devaluación absoluta de la humanidad del dominado. Una entrevista con la boliviana Martha Lanza. *Revista Brasileira de Avaliação*. Ano 12 (1): pp 1-9.
- Quijano, A. (2009). *Colonialidade do poder e classificação social*. In B. de S. Santos & M. P. Meneses (Comps.). *Epistemologias do sul* (pp. 73-117). Coimbra: Almedina.
- Quintero, V. M. e Gussi, A. F. (2022). *Mesa de Abertura. V Conferencia ReLac*. Quito, Equador. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=528454588833054
- Sader, E. (2013). Hegemonía y contrahegemonía para otro mundo posible. *Revista Contexto & Educação*. 17 (65): 55-76.
- Spivak, G. C. (2018). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Varella, R. V. S. (2017). *A pesquisa militante na América Latina: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais. Tese de Doutorado em Sociologia*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Wallerstein, I. (2007). El moderno sistema-mundo y la evolución. *Antiguo Oriente*. Vol. 5: 231-242.